

79 JUL 1988 ANL p2 JORNAL DE BRASÍLIA

# Pedágio da transição

Ao ter confirmado seu mandato de cinco anos, por 328 votos contra 222 e três abstenções, na Constituinte, o presidente José Sarney incluiu nas comemorações, que entraram pela noite de 2 de junho último, duas tarefas imediatas de seu Governo: concluir a transição democrática e reintegrar o Brasil na linha histórica de crescimento, mantendo o desenvolvimento econômico, fugindo da recessão e reaproximando-o da comunidade financeira internacional.

Convenhamos que a transição já deveria estar concluída não fossem os abalos entre o Executivo e o Legislativo, além de uma dupla disritmia da Assembléia Nacional: falta de quórum e sobra de impropriedades legiferantes. Depois, a alegação de tolerância tem seu sentido de tutela liberal substituído por uma passiva atitude face a escândalos e denúncias de corrupção, sem o necessário consenso punitivo. Está aí a Comissão Parlamentar de Inquérito, no Senado, menos como órgão ímpoluto de Governo do que, pelo Executi-

vo, ser, ela mesma, objeto de investigações. E como se trata de permuta de acusações na órbita oficial, ao povo resta uma única e melancólica dedução: há um confesso reconhecimento de culpa das autoridades. Como ele não dispõe de prerrogativa processualística, restringe-se ao desengano e ao desamparo. Por isso, agrava sua condição de vítima, até pagando a exorbitância do pedágio que lhe conbram nessa travessia, a qual, quanto mais demora, mais cara lhe fica.

Sobre a segunda tarefa, a ordem é inversa. A reaproximação com a comunidade financeira internacional se impunha como recomeço de conversa. Era a saída exclusiva dos impasses criados pela aventura da moratória, cujos autores já deviam estar sob suspeita pela co-participação no malogro do Plano Cruzado. Também, seria impossível se outra medida permanecesse de fora: a do restabelecimento do crédito externo, por cujos cofres se toma dinheiro novo para cobrir velhos débitos. É um círculo vicioso, sem dúvida.

Mas pode ser menos vicioso, desde que o Governo se submeta a sacrifícios só impostos aos contribuintes; se o Legislativo renunciar à ação perdulária e pródigo de criar despesas para que o Executivo arque com os ônus, inclusive políticos, de receita, e o Executivo honrar as aparas orçamentárias pela parcimônia de gastos até com sucessivas voltas ao mundo, reduzindo o Itamaraty ao papel de relações públicas em vez de relações exteriores. Pois é por esse dedo que o povo distinguirá o gigante.

Num balanço rápido, é a realidade que contraria o propósito de o presidente Sarney realizar algo concreto e diferente, após a confirmação de seu mandato. A inflação ascende a 23% em julho, a dívida interna aposta corrida com a externa e acelera sua cifra para os Cz\$ 30 trilhões em dezembro, o Legislativo e o Executivo repetem duelo a cada voz ao pé do rádio. O que, aliás, corre em sentido contrário do balanço comercial caminhando para os US\$ 16 bilhões, superávit além da imaginação do Fundo Monetário Internacional.